



A Indisciplina Escolar na Imprensa: O Jornal *Público* entre 2011 e 2015¹

Ana Carita



Vítor Duarte Teodoro

CeIED, Centro Investigação em Educação e Desenvolvimento da Universidade
Portugal

Citação: Carita, A., & Teodoro, V. D. (2021). A indisciplina escolar na imprensa: O jornal *Público* entre 2011 e 2015. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29(174).

<https://doi.org/10.14507/epaa.29.4586>

Resumo: Neste estudo de caso analisa-se a abordagem ao tema da indisciplina nas escolas entre 2011 e 2015, realizada pelo *Público*, um jornal diário em Portugal, de distribuição nacional, generalista, de referência. Pretendeu-se desvendar traços das práticas redatoriais sobre o tema da indisciplina escolar e, em simultâneo, o conteúdo da representação mediática deste fenómeno, colocando-se questões sobre formato, relevo, autoria e fontes do material, e sobre o enquadramento noticioso do tema. Sobre o discurso mediático colocaram-se as hipóteses seguintes: verifica-se um reduzido acesso de professores e alunos ao espaço mediático (Hipótese 1); verifica-se uma abordagem multidimensional da indisciplina (Hipótese 2), ainda que baseada num argumentário mais superficial que profundo (Hipótese 3). Pesquisaram-se em cerca de 1800 números do jornal as palavras-chave *indisciplina*, na proximidade da palavra *escola*, de que resultaram 82 entradas; apenas em 13 destas a *indisciplina* se mostrou assunto relevante (8 notícias e 5 crónicas). Os resultados obtidos a partir da análise dos discursos jornalísticos indicam: (a) baixo relevo mediático da *indisciplina*; (b) reduzida presença da voz de professores e famílias e ausência dos alunos (conforme Hipótese 1); (c) utilização de uma abordagem multifacetada e menos superficial da *indisciplina* do que se poderia esperar. Porém, a consideração de cada notícia *per se* não aconselha uma conclusão categórica nem sobre a confirmação da Hipótese 2, nem sobre a infirmação da Hipótese 3, afirmativas da multidimensionalidade, mas superficialidade, no

¹ Agradecemos aos professores António Avelãs e Paula Rodrigues (SPGL) a colaboração prestada na organização da base de dados do presente artigo.

enquadramento do tema, respetivamente. Os resultados indicam ainda (d) uma representação da *indisciplina* como um fenómeno preocupante pela sua frequência, consequências e regulação, proporcionando a este respeito uma imagem negativa do clima social e de trabalho na escola pública. Destaque-se a necessidade de combate cívico para o alargamento da presença, na imprensa escrita, da perspetiva dos professores e dos alunos, de modo a contribuírem para uma narrativa mais plural duma situação de que são os mais próximos envolvidos e conhecedores, bem como de maior presença da investigação em educação na análise do discurso mediático e na divulgação dos estudos realizados, atendendo à sua potencial influência nas representações sociais sobre a escola.

Palavras-chaves: indisciplina; representação mediática; clima escolar; escola pública

School discipline in the press: The *Público* journal between 2011 and 2015

Abstract: This case study analyzes approaches to the theme of school discipline between 2011 and 2015, carried out by *Público*, a nationally distributed, generalist, daily newspaper in Portugal. The aim was to examine editorial practices on the theme of school discipline as well as the content of the media representation of this phenomenon, such as format, relief, authorship and sources, and news framing. Results of a keyword search of 1800 issues indicate: (a) low media coverage of discipline; (b) low presence of teacher and family voices and the absence of student voices; and (c) a multifaceted, less superficial approach to discipline than might be expected. The results also indicate (d) a representation of discipline as a worrying phenomenon due to its frequency, consequences and regulation, and thus, generating a negative image of the social and work climate in public schools. This study highlights the need to expand the voices of teachers and students in the written press, in order to contribute to a more plural narrative of a situation of which they are closely involved and knowledgeable, as well as of more research and analysis of this topic, given the potential influence of media discourse on social representations of schools.

Key words: school discipline; media representation; school climate

A indisciplina escolar na imprensa: O diário *Público* entre 2011 e 2015

Resumen: Este estudio de caso analiza la aproximación al tema de la indisciplina en las escuelas entre 2011 y 2015, realizada por *Público*, un diario de Portugal, de difusión nacional, generalista, de referencia. El objetivo era desvelar las huellas de las prácticas editoriales sobre el tema de la indisciplina escolar y, al mismo tiempo, el contenido de la representación mediática de este fenómeno, planteando interrogantes sobre el formato, relieve, autoría y fuentes del material, y sobre la encuadre informativo del tema. Sobre el discurso mediático se plantearon las siguientes hipótesis: existe un reducido acceso de docentes y estudiantes al espacio mediático (Hipótesis 1); Existe un enfoque multidimensional de la indisciplina (Hipótesis 2), aunque basado en una argumentación más superficial que profunda (Hipótesis 3). Se buscaron alrededor de 1800 números del periódico con las palabras clave indisciplina, cercanas a la palabra escuela, lo que resultó en 82 entradas; sólo en 13 de ellos la indisciplina parece ser un tema relevante (8 noticias y 5 crónicas). Los resultados obtenidos del análisis de los discursos periodísticos también señalan (d) una representación de la indisciplina como fenómeno preocupante por su frecuencia, consecuencias y regulación, proporcionando al respecto una imagen negativa del clima social y laboral en las escuelas públicas. Existe la necesidad de un combate cívico para expandir la presencia, en la prensa escrita, desde la perspectiva de docentes y estudiantes, con el fin de contribuir a una narrativa más plural de una situación de la que son los más involucrados y conocedores, así como de mayor presencia de la investigación en educación en el análisis del discurso mediático y en la difusión de los estudios realizados, dada su potencial influencia en las representaciones sociales sobre la escuela.

Palabras-claves: indisciplina; representación en los medios; ambiente escolar; escuela pública

A Indisciplina Escolar na Imprensa: O Jornal *Público* entre 2011 e 2015

A indisciplina escolar é um tópico muito presente quer nas conversas entre professores sobre as dificuldades da sua vida profissional, quer na investigação sobre a escola, onde é convocado a propósito da análise mais ou menos complexa de condutas disruptivas dos alunos, suscetíveis de dificultar o decurso produtivo das aulas. Particularmente na investigação educacional, a *indisciplina escolar* e a sua regulação são frequentemente abordadas numa perspetiva interacional e em contexto, e tomadas como importantes reveladores do *clima escolar*, que ajudam a configurar (Carita, 2005, 2008).

O clima escolar é uma variável que na pesquisa tem sido tomada como um constructo multidimensional, cuja associação a diversas dimensões da vida na escola tem sido verificada (Lehr & Christenson, 2002). A qualidade das relações interpessoais e das condutas sociais protagonizadas pelos diversos atores escolares, e o grau de envolvimento dos membros da comunidade educativa na tomada colaborativa de decisões que lhes respeitam, são duas dessas dimensões (Carita, 2008; Lehr & Christenson, 2002). Entretanto, embora o clima social escolar seja estudado sobretudo no quadro da dinâmica interna das escolas e na associação a variáveis internas às mesmas, como os estudos anteriores evidenciam, faz sentido explorar, numa perspetiva mais ecológica dos fenómenos educativos (Bronfenbrenner, 1998), a interação entre o clima escolar e sistemas externos às escolas, nos quais se inscrevem, nomeadamente, as famílias e as suas condições, de vida ou as políticas educativas do país.

Em suma, a indisciplina escolar e a sua regulação são um bom indicador da qualidade do clima da escola e, por isso, um tópico interessante de aproximação ao quotidiano escolar, em particular em contextos sociais marcados por graves crises de natureza política, económica e, ou, social, que, em regra, condicionam negativamente a vida em diversas instituições. Um período desta natureza, vivido pelos portugueses entre 2011 e 2015, correspondeu a um governo conservador PSD/CDS, que teve como primeiro-ministro Passos Coelho e que decorreu sob a intervenção da “troika” (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). Se o balanço das consequências económicas e financeiras desta intervenção não é consensual, inclusive entre as três instituições que compunham a “troika”, já as suas consequências na vida de largos setores da população portuguesa tendem a ser pouco sinalizadas por aqueles intervenientes. Porém, aquela intervenção traduziu-se em consequências que “podem ser resumidas em três palavras: empobrecimento, desigualdade e emigração” (Castro et al., 2015, p. 20), consequências sinalizadoras de um agravamento da exclusão social, com expectável impacto na vida das pessoas e na sua relação de confiança com as instituições, nomeadamente com a instituição escolar. É crível que a perceção de potencial agravamento da vida nas escolas, tenha levado o governo de então a propor ao órgão legislativo do país uma proposta de lei que tinha os direitos e deveres dos alunos dos ensinos básico e secundário e sua regulação como um foco central, lei que veio a ser aprovada e promulgada em 2012 (Lei n.º 51/2012). Aliás, estudos nacionais recentes indicam uma perceção de agravamento da indisciplina nas escolas, em particular nas escolas de ensino básico (Henriques, 2017; Moreira, 2017). Daí que, por todas estas razões, nos tenha interessado a exploração do tópico da indisciplina escolar no contexto da escola pública portuguesa e no período de grave crise económica, política e social vivida em Portugal entre 2011 e 2015.

Também se nos afigurou relevante explorar o tópico da indisciplina escolar à luz de um olhar exterior à escola, no caso, através da sua representação mediática, averiguando como ela é apresentada nas narrativas da imprensa escrita diária e desvendando a natureza das práticas redatoriais envolvidas. Isto porque, generalizando alguns adquiridos da teoria das representações sociais para o campo da relação entre a educação e os média, é de supor que as práticas discursivas da imprensa sobre os fenómenos educativos acolham informação e ideias partilhadas

na sociedade, enquanto, através do seu próprio discurso, reconstróem os fenómenos que tomam como objeto, disseminando sobre eles outros olhares (Abric, 1989; Jodelet, 1989). E, ainda, como o mesmo quadro teórico indica, porque as narrativas mediáticas, ao contribuírem para a (re)definição das representações, contribuem igualmente para configurar as ações dos seus destinatários. Esta é também, aliás, a perspetiva assumida pela Análise Crítica do Discurso (ACD), que pode ser definida como:

(...) um tipo de pesquisa de análise do discurso que em primeiro lugar estuda o modo como o poder social abusa, domina, e como a desigualdade é gerada, reproduzida e resistida através dos textos e da fala no contexto político e social. (...) a análise crítica do discurso assume uma posição explícita, e, portanto, quer compreender, expor, e, em última análise, resistir à desigualdade social. (Van Dijk, 2008, p. 352)

Não obstante a diversidade existente no seio da ACD, há algumas características procedimentais que lhe são transversais, como sejam o interesse por problemas sociais ou questões políticas, e a preocupação, não apenas com a sua descrição mas, também, com a sua explicação, para a qual concorrem categorias de análise tais como, poder, domínio, hegemonia, ideologia, discriminação, interesses, entre outras. De entre estas categorias, a de poder social dos grupos e instituições, e a de controlo exercido por esse meio, jogam um lugar central na ACD (Van Dijk, 2008).

Partindo-se destes pressupostos fez-nos sentido o questionamento sobre *quem domina* na imprensa escrita o discurso público sobre os fenómenos educativos, nomeadamente sobre o fenómeno em apreço, *sob que forma* o faz, e quais os significados e desigualdades assim gerados. Serão os membros mais diretos das comunidades educativas ou parte deles que detêm o acesso e controlo privilegiado do discurso público sobre o fenómeno em causa? Trata-se, afinal, de nos interrogarmos sobre questões de poder, no caso, o poder de “controlar os atos e as mentes dos membros de outros grupos” (Van Dijk, 2008, p. 355), mediante o acesso a “um importante recurso “simbólico”, como é o caso do conhecimento e da informação” (Van Dijk, *idem*). De acordo com o nosso conhecimento comum da imprensa escrita no país não é de esperar que os protagonistas mais diretos das situações educativas, professores e alunos, tenham acesso privilegiado àqueles recursos (Hipótese 1: H1). Aliás, e a título de exemplo, refira-se as conclusões da pesquisa de Green-Saraisky (2015), sobre a representação mediática de um outro fenómeno do campo educativo:

At the speaker level, the discourse is guided by a mere handful of elites: the data show that six speakers provide almost 30 percent of the commentary on PISA in the US. There is virtually no public voice in the discourse, despite the fact that education is one of the most public of issues—virtually all citizens have been in an education system at some point. Teachers, parents and students are almost non-existent in the discussion. (Green-Saraisky, 2015, p. 37)

Afigurou-se ainda relevante desvendar e esclarecer outros aspetos das práticas redatoriais, nomeadamente, o enquadramento que é dado à (in)disciplina escolar, as ideias e temas a ela associados, para assim se descobrir significados mais profundos por detrás da retórica: “De fato, é crucial o modo como as pessoas usam o discurso para criar *quadros* retóricos em torno de um argumento a fim de moldarem a perceção de um assunto” (Goldstein & Beutel, 2007, p. 278). Aqueles quadros definem então o que vai ou não ser discutido e como tal vai ocorrer, o foco sob o qual vai ser lido e agido o assunto narrado, contribuindo decisivamente para a construção do seu significado (Altheide, 2002). Por outro lado, na definição de *como* os fenómenos são narrados interferem frequentemente abordagens sobre os seus protagonistas e avaliação moral dos mesmos, as suas causas e efeitos, as soluções e seus efeitos (Entman, 1993). Em consonância com esta perspetiva, é expectável que a abordagem da indisciplina na imprensa escrita se apresente multidimensional e ande associada a referências à *natureza dos incidentes*, aos seus

protagonistas, à sua *análise causal*, e ao modo como é feita ou prevista a sua *regulação*, nos diversos níveis do sistema educativo, por parte dos professores, das escolas e da ação governativa a nível nacional, razão pela qual mobilizámos estas categorias de análise (Hipótese 2: H2).

Acresce que a averiguação crítica do enquadramento dado às narrativas sobre a indisciplina escolar nos permite compreender o nível de complexidade do discurso público sobre a indisciplina. Por exemplo, como nos sugerem as teorias da atribuição (Heider, 1958), a indagação causal é um modo natural de aproximação e apresentação de uma situação social, pelo que é expectável que tal abordagem se encontre plasmada na abordagem mediática da indisciplina. Mas qual é o grau de complexidade dessa indagação causal? Aquele discurso pauta-se por uma abordagem causal complexa, sistémica, como nos sugerem os modelos mais complexos e sistémicos de compreensão dos fenómenos sociais e, assim, das condutas na aula (por exemplo, Amado & Freire, 2014; Bronfenbrenner, 1998)? Ou, antes, simplista, estritamente pessoal, e mesmo unilateral, e assente em lugares-comuns? Igual tipo de interrogação, sugerida pelos modelos mais complexos acima referidos, pode estender-se ao que é dito sobre a intervenção ou regulação do fenómeno: pauta-se por uma abordagem complexa, atenta à sua multicausalidade e multirresponsabilidade, ou antes simplista, apenas atenta a um ou outro nível de intervenção? A este propósito, refira-se que vários estudos confirmaram empiricamente a frequente superficialidade das narrativas mediáticas. Coe & Kuttner (2018), por exemplo, referem estudos que verificaram a falta de contextualização e sustentação científica de grande parte da informação divulgada, caracterizada por uma cobertura superficial, e mesmo tendenciosa, dos fenómenos abordados, sobrevalorizadora de certas vozes e perspectivas sobre outras, como seja da voz dos professores (Gerstl-Pepin, 2002; Hess, 2008; Moses & Saenz, 2008; Tamir e Davidson, 2011). Nesta linha, é de esperar que o discurso mediático sobre a indisciplina escolar e sua regulação, não obstante a sua esperada multidimensionalidade (como afirmado na H2), se apresente mais superficial que profundo na abordagem dessas dimensões, nomeadamente, pouco rigoroso nos conceitos mobilizados e pouco variado nas perspectivas que traz à cena (Hipótese 3: H3).

Em suma, foi nosso objetivo geral desvendar as práticas redatoriais associadas ao tratamento da indisciplina escolar e, através dela, do clima escolar, explorando se, e em que condições, são presentes na imprensa diária entradas relacionadas com essas condutas e, também, a fim de compreendermos os quadros com que aí são objetivadas. Dito de outro modo, trata-se de (i) desvendar o que o discurso mediático revela sobre ele próprio quando incide sobre a indisciplina escolar: que relevo atribui ao assunto, a que formatos jornalísticos recorre, a quem dá voz; e, também, (ii) o que sobre a indisciplina nos dá a conhecer: que tópicos enquadram o seu tratamento noticioso—e.g., frequência e severidade da situação, causas, consequências e regulação efetiva ou aconselhada para a mesma, quando é o caso, e outros tópicos que a análise crítica do material aconselhou, como sejam as fontes da informação ou testemunhos recolhidos—e como eles são especificados.

A concretização da pesquisa operou-se mediante um estudo de caso que incidiu sobre o jornal intitulado *Público*. Trata-se de um dos jornais diários e de referência de maior audiência no país, de distribuição nacional, propriedade do grupo empresarial Sonae. No seu estatuto editorial afirma-se, entre outros aspetos, a “aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de atividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural” e a inscrição “numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa” (Jornal Público, 2020).

Método

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de caso, de natureza exploratória, descritiva e interpretativa, com recurso a uma análise dos discursos jornalísticos mobilizadora de alguns temas e orientações do campo da ACD, já referidos. Com base no indicador *indisciplina escolar*, pretendeu-se explorar e desvendar a representação sobre o

clima escolar, objetivada e veiculada num jornal diário, o *Público*. As características editoriais do jornal acima referidas, bem como a possibilidade de acesso *on line* às suas edições, foram critérios determinantes da opção por este jornal.

Do ponto de vista temporal, e pelas razões já atrás referidas, a pesquisa incidiu sobre as edições do jornal *Público* publicadas durante a crise vivida no país entre 2011 e 2015, crise cujas consequências no campo educativo também importa civicamente explorar. Esta opção temporal implicou a consideração de um número aproximado de 1800 números do jornal diário *Público*. Com base nestas selecionou-se o corpo de análise, constituído a partir da verificação de presença da palavras-chave *indisciplina*, na proximidade em 3 linhas da palavra *escola*, de que resultou a seleção de 68 números (3.8 %), onde se verificou a existência de 82 entradas com presença das referidas palavras-chave. Utilizou-se para o efeito o software “Foxtrot Professional Search” (<https://www.ctmdev.com>), após a indexação dos textos dos 1800 números do jornal.

A partir dos objetivos e questões de investigação e do próprio material, construiu-se o sistema de categorias em que assentaram dois tipos de análise, uma de pendor mais quantitativo e outra mais qualitativo. A análise descritiva e predominantemente quantitativa do conjunto das 82 entradas selecionadas foi feita em função da sua autoria, formato e questões de relevo, bem como sobre questões de relevo da própria PC *indisciplina* nas entradas, como se especifica na **Tabela 1**.

Tabela 1

Autoria, Formato e Relevo das Entradas com Presença da Palavra-chave Indisciplina: Questões de Pesquisa e Categorias de Análise

Questões específicas de investigação	Categorias de análise
Sobre as entradas nas publicações	
Qual é o estatuto profissional do autor da entrada? Que vozes autorais se destacam?	Jornalista; médico; professor do ensino básico e secundário; professor do ensino superior; <i>blogger</i>
Que formato estilístico apresentam as entradas (Gradim, 2000)?	Notícia; editorial; reportagem; opinião; crónica; entrevista; carta do leitor
Que relevo é atribuído às entradas selecionadas nas respetivas publicações?	Distribuição temporal Localização Destaque Dimensão Elementos visuais
Sobre a palavra-chave <i>indisciplina</i> nas entradas	
Que relevo apresenta a palavra-chave <i>indisciplina</i> nas entradas selecionadas?	Frequência Presença no título e abertura Centralidade

A análise descritiva e predominantemente qualitativa do material, efetuada com recurso à análise de conteúdo, visou responder às questões sobre o enquadramento do tema *indisciplina*, com base nas categorias enunciadas na **Tabela 2**.

Tabela 2

Enquadramento do Tema Indisciplina nas Entradas em que a Indisciplina é o Foco Central ou um Foco Destacado: Questões e Indicadores

Questões específicas de investigação	Indicadores
Como se apresenta o enquadramento da narrativa sobre a indisciplina escolar na sua multidimensionalidade e na complexidade com que aborda as dimensões invocadas?	Temas associados e espoletadores da notícia Fontes e testemunhos Características da situação, como frequência e severidade Análise causal da situação Consequências da situação Regulação nos diversos níveis do sistema educativo

A análise de enquadramento incidu sobre todas as notícias que tomaram a indisciplina como tema central ou relevante (8). A opção pelas notícias assentou nos seguintes critérios: (i) atendendo ao objeto do estudo, optou-se por efetuar aquele tipo de análise apenas nas entradas em que a indisciplina foi tema central ou relevante, tomando-se como critério a presença da PC *indisciplina* no título ou na abertura da entrada, ou ainda em elementos significativos do seu corpo; (ii) as notícias foram o tipo de entrada onde a indisciplina foi mais vezes tema central ou relevante, sendo que nem todas as notícias satisfizeram este critério.

Descrição dos Resultados

Inicia-se a secção com a caracterização das entradas selecionadas, ou seja, de todas aquelas em que está presente a PC indicativa do tema central *indisciplina*. Tal caracterização é feita em função da autoria, formato e relevo das entradas nas respetivas publicações e, ainda, centralidade ou relevo da indisciplina nas entradas. Segue-se a análise descritiva e predominantemente qualitativa das entradas de formato *notícias*, com indisciplina tema central ou relevante; esta análise visa servir a exploração crítica do enquadramento aí dado à indisciplina escolar, a partir das categorias *autores*, *protagonistas*, *causas*, *consequências* e *regulação efetiva* ou aconselhada da indisciplina escolar, e outros associados tópicos de interesse.

Autoria, Formato e Questões de Relevo das Entradas com Presença da Palavra-chave Indisciplina

Na análise de *autoria* das 82 entradas em que se verificou presença da PC *indisciplina*, destacou-se a presença de jornalistas ($N = 35$; 41.7 %), distribuída por, pelo menos, 15 indivíduos distintos, não tendo sido possível identificar o jornalista autor de três das entradas. Seguem-se as entradas que tiveram como autor um médico psiquiatra dedicado a questões educativas, responsável por 28 das entradas (34.1 %). Uns e outro corresponderam, respetivamente, a mais do dobro e ao dobro do conjunto de autores professores: 12 professores dos ensinos básico e secundário (14.6 %) e dois do ensino superior (2.4 %), presenças distribuídas por sete e dois indivíduos distintos, respetivamente. Estudantes, nenhum (**Tabela 3**).

Tabela 3*Autoria das Entradas com Presença da PC indisciplina: Profissões dos Autores*

Profissões	Frequência	Porcentagem válida
Jornalista	35	42.7
Médico	28	34.1
Professor	14	17.0
Professor do Ensino Básico e Secundário	12	14.6
Professor do Ensino Superior	2	2.4
“Blogger”	1	1.2
Não Identificado	4	4.9
Total	82	100.0

Quanto ao *formato* das entradas (**Tabela 4**), na definição dos quais nos apoiámos na classificação de Gradim (2000), verificou-se que os mais frequentes são a crónica ($N = 26$; 31.7 %) e a notícia ($N = 25$; 30.5 %), seguidos a alguma distância pelos artigos de opinião ($N = 12$; 14.6 %). Os restantes formatos apresentaram uma expressão bastante menor, de sete presenças para a reportagem (8.5 %) e duas para o editorial (2.4 %).

Tabela 4*Formato das Entradas com Presença da Palavra-chave Indisciplina e sua Frequência*

Formato	Frequência	Porcentagem válida
Crónica	26	31.7
Notícia	25	30.5
Opinião	12	14.6
Reportagem	7	8.5
Entrevista	4	4.9
Editorial	2	2.4
Carta de leitor	6	7.3
Total	82	100.0

A *voz* dos professores apenas se mostrou presente nos artigos de opinião, sendo aí e só aí bastante expressiva (oito do ensino não superior e dois do ensino superior, 66.7 % e 16.7 %, respetivamente), e nas seis cartas de leitores, onde a sua presença também é maioritária (quatro professores do ensino básico e secundário, 66.7 %). A *voz* dos estudantes não se encontra em nenhum dos formatos de entradas.

Quanto ao *relevo das entradas* com presença da PC indisciplina (**Tabela 5**), consideremos a questão com base na frequência da sua *distribuição temporal* anual, mensal e semanal. Assim, quanto à sua distribuição temporal *anual*, 2011 foi o ano com uma presença mais baixa de algum tipo de entrada evocativa da indisciplina ($N = 6$; 7.3 %); esta presença, nos restantes anos oscilou entre 15, em 2015 (18.3 %) e 23, em 2013 (28.0 %). *Mensalmente*, verificou-se um maior número de entradas com a PC indisciplina nos meses compreendidos entre setembro e dezembro, que

abrangem o 1.º período letivo, ($N = 28$; 34.2 %), seguidos dos meses entre abril e junho ($N = 27$; 22.9 %) e entre janeiro e março ($N = 22$; 26.8 %); em julho e agosto, meses sem atividades letivas, a presença da PC nas 32 entradas foi bastante menor ($N = 5$; 6.1 %). Deste modo, nos meses coincidentes com o pleno desenvolvimento do 2.º período letivo (fevereiro a abril) verificou-se uma presença mais forte da PC, com dez (12.2 %) ou onze entradas (13.4 %) Este último valor também se verificou no mês de junho, que corresponde à finalização das atividades letivas (13.4 %). *Semanalmente*, localizou-se no domingo o maior número de entradas com a PC indisciplina ($N = 32$; 39 %), e no sábado o menor ($N = 4$; 4.9 %), seguido da sexta-feira ($N = 5$; 6.1 %). Nas segundas, quartas e quintas-feiras registou-se uma presença aproximada, entre 12 (14.6 %) e 11 (13.4 %) entradas com a PC (**Tabela 5**).

Tabela 5

Relevo das Entradas com Presença da PC Indisciplina: Distribuição Temporal

	Referência temporal	Frequência	Porcentagem
Anos	2011	6	7.3
	2012	20	24.4
	2013	23	28.0
	2014	18	22.0
	2015	15	18.3
	Total	82	100.0
Trimestres	Set-Out-Nov-Dez	28	34.2
	Jan-Fev-Março	22	26.8
	Abril-Maio-Junho	27	22.9
	Julho-Agosto	5	6.1
	Total	82	100.0
Meses	Janeiro	2	2.4
	Fevereiro	10	12.2
	Março	10	12.2
	Abril	11	13.4
	Maio	5	6.1
	Junho	11	13.4
	Julho	2	2.4
	Agosto	3	3.7
	Setembro	9	11.0
	Outubro	6	7.3
	Novembro	4	4.9
	Dezembro	9	11.0
	Total	82	100.0
	Domingo	32	39.0

Meses	Segunda-feira	12	14.6
	Terça-feira	7	8.5
Dia da semana	Quarta-feira	11	13.4
	Quinta-feira	11	13.4
	Sexta-feira	5	6.1
	Sábado	4	4.9
	Total	82	100.0

Quanto ao *relevo das entradas* à luz da sua *localização* na respectiva publicação (Tabela 6), verificou-se que mais de metade se encontrava no corpo central do jornal ($N = 53$; 64.6 %), e cerca de um terço em algum dos seus suplementos ($N = 29$; 35.4 %). Quanto ao *destaque das entradas em 1.ª página*, nove tiveram chamada na primeira página do jornal (11%), e uma na primeira página de um suplemento (1.2 %); 72 delas não teve este tipo de destaque na respectiva publicação (87.8 %).

Ainda quanto ao *relevo das entradas* com base na respectiva *dimensão*, verificou-se que cerca de metade ocupava aproximadamente meia página ($N = 36$; 43,9 %), e que quase um terço delas, uma ou mais páginas ($N = 24$; 29,2 %; Tabela 6). Algumas entradas apresentavam imagens ($N = 33$; 40.2 %) alusivas ao tema da indisciplina (Tabela 6).

Tabela 6

Relevo das Entradas com Presença da PC Indisciplina: Localização, Destaque, Dimensão e Imagens

		Frequência	Percentagem válida
Localização	Jornal	53	64.6
	Suplemento	29	35.4
	Total	82	100.0
Destaque 1.ª Página	1.ª Página jornal	9	11.0
	1.ª Página suplemento	1	1.2
	Sem destaque	72	87.8
	Total	82	100.0
Espaço ocupado	Quarto de página	14	17.1
	Meia página	36	43.9
	Três quartos de página	8	9.8
	Uma página	12	14.6
	Mais do que uma página	12	14.6
	Total	82	100.0
Uso de imagem	Sim	33	40.2
	Não	49	59.8
	Total	82	100.0

Quanto ao *relevo atribuído à PC indisciplina* dentro das 82 entradas selecionadas (Tabela 7), teve-se ainda em conta o *modo* de frequência da PC e a sua presença em elementos de maior destaque, como sejam o título e abertura da entrada. Assim, quanto ao *modo de frequência*, verificou-se que a PC está presente uma só vez em 37 das entradas (45.1 %) e duas vezes em 16 delas (19.5 %); dez ou onze vezes foi o número mais elevado de presenças da PC, mas tal apenas se verificou em 1.2 % e 2.4 % das mesmas, respetivamente. Quanto à presença da PC em elementos de maior destaque da entrada, tal verificou-se em sete títulos (8.4 %), e em quatro aberturas (4.8 %), prevalecendo as situações em que a PC não apresentou particular destaque ($N = 46$; 54.8 %).

Tabela 7

Relevo da PC nas Entradas: Modo e Local de Ocorrências em Cada Entrada

		Frequência	Percentagem válida
Modo de ocorrência da PC em cada entrada	Uma vez	37	45.1
	Duas vezes	16	19.5
	Três ou mais vezes	29	35.4
	Total	82	100.0
Local de ocorrência da PC em cada entrada	Título	7	8.3
	Abertura	4	4.8
	Apenas no corpo da entrada	46	54.8
	Total	82	100.0

Quanto à *centralidade* ou relevo da indisciplina nas entradas, o contacto com o material mostrou-nos que a presença da PC no título ou abertura das entradas, ou mesmo no seu corpo, não é por si só indicativa da centralidade do tema *indisciplina escolar* nas mesmas, requerendo-se para esta averiguação a consideração integrada daqueles parâmetros. Com base neste critério, a indisciplina evidenciou-se como foco central ou relevante em apenas 13 das 82 entradas consideradas (15.8 %), distribuídas por oito notícias e cinco crónicas.

O Enquadramento do Tema *Indisciplina* nas Notícias

As oito notícias que tomaram a indisciplina como tema principal ou relevante apareceram distribuídas por seis publicações: duas de 2012, em datas próximas, 7 e 11 de junho, localizadas nas secções “Destaque Escolas” e “Portugal”, respetivamente; três de uma mesma edição de 2013, de 13 de fevereiro, todas localizadas na secção “Destaque Indisciplina Escolar”; duas, ainda em 2013, de 17 e 19 de outubro, nas secções “Portugal Educação” e “Portugal Justiça”; finalmente, uma de 2014, de 4 de abril, na secção “Portugal”. Na apresentação dos resultados, estas notícias serão sucessivamente identificadas pelos números 1 a 8, da mais antiga para a mais recente. Saliente-se que apenas por duas vezes a indisciplina foi o tema da secção Destaque, merecendo o tema e respetivas notícias chamada de 1.^a página: *Regressam as penas pesadas para alunos faltosos e indisciplinados* (2012, 07 de junho) e *Escolas declaram-se impotentes para lidar com alunos problemáticos* (2013, 13 de fevereiro). Ainda uma outra notícia que fez da indisciplina um dos seus focos relevantes, esta localizada na secção Portugal, foi objeto de 1.^a página: *Metade dos professores portugueses sofre de stress e exaustão. Estudo mostra que a indisciplina, o desinteresse, e o excesso de carga horária são os principais motivos de ansiedade. Os mais afetados são os docentes mais velhos e os do sexo feminino* (2012, 11 de junho).

Os autores destas notícias são todos jornalistas, naturalmente. Em três notícias os jornalistas invocaram a opinião de investigadores (notícias N2, N6, N8), em outras três, a recolha de testemunhos (Tn), diretos e identificados, foi central na construção das narrativas, como se segue:

N3: testemunhos de quatro professores, todos com cargos de liderança a nível de escolas e três acumulando com liderança em outras organizações: dirigente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, ANDE (T1), de um agrupamento de escolas (T2), do Conselho de Escolas, CE (T3), e um quarto da Associação Nacional de Agrupamentos de Escolas Públicas, ANAE (T4).

N4: parte dos testemunhos coincidentes com os da notícia anterior e, ainda, do presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (T5).

N7: testemunhos de um advogado (T6), duas investigadoras (T7, T8), um médico psiquiatra (T9) e um representante da associação de pais de uma escola (T10).

Foram três os *assuntos espoletadores* destas notícias (**Tabela 8**): (i) o Estatuto dos Alunos (EA), seus conteúdos, implicações e condições e êxito de execução (N1, N4, N5); (ii) estudos e conferências sobre a indisciplina, ou que de algum modo a convocam de modo importante (N2, N6; N8); (iii) casos, um associado ao fenómeno de indisciplina, embora se trate antes de conduta violenta, outro de conduta violenta (N3, N7). Pode dizer-se que o assunto espoletador das notícias, além de indicativo do seu foco principal e específico, foi simultaneamente inspirador do título. Além do título, a abertura e o corpo das notícias são os dois outros elementos de estrutura formal que mais nos informam sobre o foco noticioso específico, mas também sobre os temas e argumentação a que surge associado. Tomámos como abertura da notícia a estrutura formal que se segue ao título, algo entre um subtítulo e o clássico *lead*, que foi usada ou como reforço do título ou para destacar e desenvolver algum ou alguns aspetos particulares com ele relacionados. Apenas num caso, a abertura cumpriu a função clássica de *lead*, invocando e resumindo os subtemas abordados no corpo da notícia.

Tabela 8

Assuntos Espoletadores da Notícia e Inspiradores do Respetivo Título

Assunto espoletador	Título da notícia
Estatuto do aluno, seus conteúdos, implicações e condições e êxito de execução	Pais de alunos faltosos vão ser obrigados a restituir apoios sociais (2012-06-07: N1)
	Comissões de Proteção de Menores não respondem aos problemas das escolas (2013-02-13 b: N4)
	O que é o Estatuto do Aluno (2013-02-13 c: N5)
Estudos e conferências	Metade dos professores sofre de <i>stress</i> (2012-06-11: N2)
	Indisciplina na Escola (2013-10-17: N6)
	Indisciplina nas aulas aumentou e falta formação para resolver problemas (2014-04-04: N8)
Casos	Não quero ser como os meus pais (2013-10-19: N7)
	Escolas declaram-se impotentes para lidar com alunos mais problemáticos (2013-02-13a: N3)

No que respeita às *causas atribuídas à indisciplina*, identificámos, no conjunto das notícias, causas atribuídas à sociedade (N3-abertura; N3-corpo; N6-corpo), às políticas (N3-abertura; N3-corpo; N6-corpo; N7A; N7-corpo; N8-corpo), às famílias (N3-abertura; N8-corpo), às escolas e aos professores (N3-título; NC-corpo; N7-corpo; N8-título; N8-corpo), e aos alunos (N6-corpo; N8-corpo), cujas especificações se apresentam na **Error! Reference source not found.**

Quanto às *consequências da indisciplina*, quando aludidas, são referidas como preocupantes, nomeadamente na eficácia do ensino e na condição docente. Com efeito, num dos estudos noticiado, concluiu-se que, segundo os professores inquiridos por questionário, as consequências da indisciplina na eficácia educativa são pesadas, podendo os professores chegar a perder metade da aula para controlar a situação (N8-corpo). No outro estudo noticiado, igualmente efetuado por questionário aos professores, concluiu-se que o estado emocional destes, em particular o *stress* vivido na profissão, apresenta proporções graves, e que a indisciplina, a par da excessiva carga letiva e burocrática da profissão, se inscreve no primeiro fator explicativo do stress (N2-título, N2-abertura, N2-corpo). Também noutra notícia, um dos testemunhos alude ao desamparo e falta de meios sentidos pelos professores na área da disciplina (N4-corpo, T3).

Tabela 9

Atribuição Causal da Indisciplina nas Oito Notícias Analisadas

Sociedade (2 notícias; 3 testemunhos)	Efeitos da crise	Efeito da crise no aumento da indisciplina escolar Agravamento da crise económica e suas repercussões diretas na vida dos alunos (T1, T2, T3)	N3-abertura N3-corpo
	Mudanças culturais	Mudanças culturais nas relações sociais (maior horizontalidade na família e também na escola, o que gera mais dificuldade no controlo dos comportamentos dos filhos e dos alunos e gera nestes confusão de papéis).	N6-corpo
Políticas (3 notícias; 2 testemunhos)	Políticas gerais	Alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, com a conseqüente extensão da retenção na escola de alunos não motivados (T3).	N3-corpo
		Consequências da massificação do ensino (outras motivações, aumento da escolaridade obrigatória)	N6-corpo
		Medidas governamentais de ataque ao programa de educação para a saúde nas escolas (T2)	N7-corpo
	Estatuto do aluno	Recusa do Ministério da Educação em alterar o Estatuto do Aluno	N3-abertura
		Estatuto do Aluno não responde a problemas das famílias	N3-abertura
Carência recursos	A jornalista destaca o alerta de especialistas para a falta de “psicólogos para avaliar alunos indisciplinados” Falta de psicólogos nas escolas (T2).	N7-abertura N7-corpo	
	Ausência de resposta do Estatuto do Aluno para os problemas das famílias	N3-abertura	

Famílias (3 notícias)	Atribuição geral	Famílias, estrutura onde terá início a indisciplina dos alunos Os professores atribuem a causa da indisciplina sobretudo aos pais	N3-abertura N8-corpo
	Condições de vida	Condições de vida das famílias repercutem-se na conduta dos alunos	N4-corpo
Escolas (1 notícia)		Insuficiente prevenção primária nas escolas, atenta à avaliação e sinalização precoce de crianças e jovens em risco (T1, T2, T3)	N7-corpo
Professores (2 notícias)		Insuficiente capacitação dos professores na gestão da aula	N6-corpo
		Falta de formação	N8-título N8-corpo
		Baixa auto atribuição causal para o problema	N8-corpo
Alunos (2 notícias)		Reação ao insucesso escolar Os professores atribuem a causa da indisciplina sobretudo aos alunos	N6-corpo

Por sua vez, a *regulação da situação*, nas notícias não focadas no Estatuto do Aluno, traduz-se em *orientações* sobretudo de cariz preventivo, que apontam a introdução de mudanças na sociedade, nas políticas, nos alunos e nos professores, umas mais apontadas à inclusão escolar e social dos alunos e famílias (mais recursos; melhor gestão pedagógica), outras de cariz mais excludente (encaminhamento dos alunos para vias alternativas de formação), como se especifica na

Tabela 10.

Tabela 10

Orientações para a Intervenção, nas Oito Notícias Analisadas

Foco	Indicadores	Fonte
Sociedade	Reforço da rede social de apoio às escolas (T3). Mediadores educativos de apoio à regulação dos conflitos e da disciplina (T3).	N4-corpo N4-corpo
Políticas	Encaminhamento para vias alternativas de formação Alegada reclamação, “por cada vez mais pessoas”, de retirada dos estudantes problemáticos das escolas regulares. Encaminhamento dos casos mais problemáticos para ofertas educativas alternativas ao sistema regular de ensino, capazes de lhes proporcionar um ambiente de aprendizagem onde se sintam melhor e possam efetivamente aprender e deixar os outros aprender (T3).	N3-abertura N3-corpo

Políticas	Mais apoio às escolas	Mais recursos, nomeadamente mais mediadores educativos de apoio à regulação dos conflitos e da disciplina (T3).	N4-abertura
	Mais apoio às escolas	Facilitar a colaboração com organizações da comunidade: menos burocracia; mais apoio com verbas.	N4-abertura
		Assegurar formação dos professores em gestão da aula, em particular no domínio da disciplina.	N6-corpo N2-corpo N6-título
	Mais apoio às famílias	Particularmente junto de famílias disfuncionais e num contexto de crise, a resposta a problemas de não corresponsabilização tem de vir de “uma ação consolidada da assistência social junto das famílias”, ação que responsabilize, defina obrigações, monitorize com eficácia, o que requer meios, que não a escola, e que porventura não existem (T4).	N3-corpo
	Foco na promoção do sucesso escolar	A jornalista destaca, invocando um dos oradores na conferência, que <i>contra a indisciplina nas escolas, de nada valem documentos como o Estatuto do Aluno, advogando-se que o problema se combate com a promoção do sucesso escolar.</i> Assegurando o sucesso escolar dos alunos.	N6-abertura N6-corpo
Escolas		Desenvolvimento de atividades junto dos alunos orientadas para a promoção da sua saúde física e mental.	N2-corpo
Professores: Gestão eficaz da aula		Definição de normas concisas, claras e oportunas no tempo.	N6-corpo
		Resposta rápida à prevaricação.	N6-corpo

A propósito do Estatuto do Aluno, quer nas notícias nele focadas, quer nas que lateralmente se lhe referem, para lá da informação sobre alguns dos seus aspetos centrais (direitos e deveres de alunos e famílias, sistema punitivo, seu agravamento e desburocratização, recursos organizativos para a intervenção) (N1; N5), emerge uma opinião muito forte e particularmente negativa sobre alguns aspetos centrais das medidas punitivas e sobre a insuficiência de medidas e meios para a intervenção. Não obstante as referências positivas à “intenção” de reforço do poder dos professores e à desburocratização e agilização processual do sistema punitivo dos alunos (N4, N3), o destaque vai para: (i) a ineficácia dos meios de regulação previstos no Estatuto do Aluno, particularmente das medidas penalizadoras das famílias, vistas como injustas—porque agravantes da exclusão social de famílias de risco, e em período de crise no país—, de baixa aceitação e de difícil aplicação pelas escolas; (ii) a efetiva ausência (equipas multidisciplinares) ou mau funcionamento (comissões de proteção) das estruturas de apoio previstas (N2, N3, N4, N6).

Discussão e Conclusões

Questionámo-nos sobre a representação mediática da indisciplina no nosso país e, por meio dela, e enquanto seu revelador, sobre o clima social da escola pública, num período político, económico e social particularmente crítico, o período de intervenção da troika, entre 2011 e 2015.

Em jogo esteve, pois, a pesquisa sobre duas dimensões intrinsecamente ligadas do conteúdo de uma mesma narrativa representacional: *como* ela nos informa sobre o objeto representado e *o que* ela nos diz sobre ele. Para a satisfação destas finalidades pareceu adequado esclarecer questões relacionadas com o formato e relevo atribuído ao material, suas autorias e fontes creditadas, bem como questões sobre o enquadramento dado ao tema da indisciplina escolar. Tratando-se de um estudo de caso, a pesquisa incidiu sobre as edições do jornal Público, publicadas no período já referido.

Sobre as questões de relevo, a análise do material mostra que foi concedida pouca atenção à indisciplina escolar no jornal e período pesquisados. Com efeito, por um lado, a PC indisciplina tem presença apenas em 82 entradas (em 1800 rastreadas), em mais de metade delas aparece não mais do que uma ou duas vezes, tem raras chamadas de 1.^a página, quer no jornal, quer no suplemento, e prevalecem as situações em que não consta nem nos títulos, nem nas aberturas das respectivas entradas. Por outro lado, daquelas 82 entradas, nas quais se destacam os formatos crônica e notícia, apenas 13 tomam a indisciplina como tema central ou um dos seus temas relevantes, apresentando a PC, mesmo nestas entradas, uma frequência modesta. Sublinhe-se, ainda, que a indisciplina escolar apenas por duas vezes foi tema da secção “Destaque” do jornal, na qual os assuntos elegidos são objeto de tratamento mais desenvolvido, e apenas três das entradas focadas na indisciplina mereceram chamada de 1.^a página. Ainda em reforço da conclusão de baixa atenção concedida à indisciplina escolar no contexto em estudo, diga-se que as notícias que tomaram a indisciplina como tema central ou relevante o fizeram, não tanto por uma particular atenção a casos de indisciplina do quotidiano escolar, mas pela associação do tema à publicação da controversa legislação sobre o Estatuto do Aluno, a estudos ou conferência sobre o tema, e a casos de grave violência escolar, de certo modo confundidos com situações de indisciplina. Escapa a este quadro de baixo relevo da indisciplina no conjunto das publicações e nas próprias entradas selecionadas, o facto de cerca de metade destas ocupar meia página do jornal e ter direito a imagens alusivas ao tema. Em suma, e não obstante este último resultado, a maioria dos indicadores permite concluir que o clima social vivido no quotidiano das escolas, enquanto indiciado pelo fenómeno da indisciplina, não se afigurou merecedor de grande atenção mediática no período e por parte do jornal de referência considerado.

Como interpretar tão baixo relevo mediático concedido ao fenómeno da indisciplina escolar? Porventura a vida quotidiana das escolas e dos seus mais diretos protagonistas, professores e alunos, não são um tema da moda e menos ainda um tema espetacular ou grotesco, tendências que vêm contaminando muita da informação veiculada, mesmo por jornais de referência (ver, e.g., Abreu & Oliveira, 2007). Mas por que razão não é este um tema em moda, nem particularmente espetacular? Podemos admitir que o clima social global das escolas, mormente das nossas escolas públicas do ensino básico, que é sobre elas que incidem as notícias, não se apresenta de facto particularmente severo, e logo espetacular, contrariamente ao que se poderia esperar como efeito da grave crise então vivida no país.

Entretanto, se considerarmos o conteúdo das notícias analisadas, a avaliação de gravidade da situação apresenta alguma ambiguidade, consoante a notícia reporta investigações empíricas ou casos ocorridos em escolas. Assim, à luz das investigações noticiadas, a percepção dos professores inquiridos indica que a indisciplina, não obstante não estar associada a incidentes graves, aumentou, é mais frequente, comprometendo em consequência a eficácia das aulas e o bem-estar psicológico dos professores (N2, N6, N8). Trata-se de resultados consentâneos com os de um outro estudo recente que aponta para o aumento da frequência de todos os parâmetros de análise do fenómeno, mas que, em simultâneo, infere que os incidentes mais graves são pouco frequentes nas nossas escolas (Henriques, 2017). Já nas notícias em que se reportam casos ocorridos nas escolas, nos quais, porém, violência e indisciplina aparecem confundidas, destaca-se um quadro negativo e de agravamento da situação, uma situação “gravíssima”, segundo a opinião de um especialista em saúde mental e atento à vida nas escolas, cuja opinião se recolhe numa das notícias (N7C).

Em suma, parece podermos concluir que, não obstante o baixo relevo mediático da indisciplina escolar, ela é, especialmente no ensino básico, um problema bastante frequente no quotidiano das escolas portuguesas, perturbador da eficácia do ensino e da aprendizagem e do bem-estar psicológico dos professores. Contudo, com exceção das situações em que indisciplina escolar e violência são tratadas indistintamente, a indisciplina não apresenta dimensões que a tornem um clamor digno da atenção recorrente da imprensa de referência, os incidentes que lhe estão associados não parecem apresentar espetacularidade de maior, não obstante as suas consequências nefastas no trabalho e no bem-estar dos envolvidos. Portanto, a elevada frequência da indisciplina escolar, assim transformada numa situação rotineira, associada à sua baixa severidade ou espetacularidade, ajudam a compreender o baixo relevo mediático do fenómeno e, deste modo, a pouca expressão mediática das suas consequências na eficácia do ensino e da aprendizagem e no bem-estar dos envolvidos.

Relativamente à questão autoral, a análise do material mostra que apenas jornalistas, no caso das notícias, e um médico, no caso das crónicas, estão representados nas entradas simultaneamente mais numerosas e mais focadas no tema da indisciplina escolar. São resultados reveladores dos grupos sociais com acesso aos meios de informação no campo da indisciplina escolar, e ao poder que tal confere na construção da narrativa sobre o fenómeno e da ação social e pedagógica à sua volta. Os professores dos ensinos básico e secundário, um dos dois protagonistas diretos das aulas, têm um lugar autoral insignificante no discurso mediático sobre a indisciplina escolar, e para alunos e famílias a ausência é total. Os professores dos ensinos básico e secundário não são autores de nenhuma das crónicas ou notícias, os dois únicos formatos de entrada com foco na indisciplina—e se a situação se compreende em relação às notícias, o mesmo não se pode dizer sobre as crónicas. A voz autoral dos professores dos ensinos básico e secundário ainda é expressiva nos artigos de opinião e nas cartas do leitor, mas nenhum destes tipos de entrada toma como foco central a indisciplina, ainda que lateralmente a refira.

Mesmo quando, no caso das notícias, são invocados testemunhos de professores, tal nunca sucede junto dos professores que principalmente dão aulas ou das suas organizações profissionais, mas sim junto de professores com responsabilidades na administração das escolas ou em associações que os representam. A perceção dos professores apenas indiretamente está presente nas duas notícias que informam sobre estudos por questionário de cuja amostra participaram, portanto, estudos efetuados nos termos de questionamento e leitura que outros, que não eles, definiram. Algo semelhante se pode dizer sobre os pais, cuja voz apenas duas vezes está presente através do testemunho de dois dirigentes de associações de pais. Quanto aos alunos, o silêncio é total: a sua voz não consta, ou seja, não conta no discurso mediático. Como Green-Saraisky concluiu a propósito da análise da representação mediática de um outro fenómeno do campo da educação “teachers, parents and students are almost non-existent in the discussion” (2015, p. 37).

Verifica-se, assim, a expectativa que enunciámos de acordo com a qual não seria de esperar que os protagonistas mais diretos das situações de indisciplina escolar, professores e alunos, dispusessem de acesso privilegiado aos recursos mediáticos (H1). Acompanhando outros estudos, é legítimo concluir que os discursos mediáticos analisados reforçam e geram desigualdades ao sobrevalorizar umas vozes e perspetivas em detrimento de outras, confirmando-se a criação de desigual poder em relação à representação difundida sobre o fenómeno em estudo (Gerstl-Pepin, 2002; Green-Saraisky, 2015; Haas, 2007; Hess, 2008; Moses & Saenz, 2008; Tamir & Davidson, 2011). A ausência de acesso à voz publicada por parte de professores e alunos sinaliza o seu diminuto poder de influência sobre a representação do fenómeno da indisciplina escolar na sociedade e, portanto, do ambiente social das escolas (Van Dijk, 2008). A resistência a esta desigualdade através da conquista de acesso à fala pública e publicada é todo um programa a que a ACD nos desafia (Van Dijk, 2008), programa suscetível de proporcionar à sociedade uma representação próxima da riqueza e variedade do vivido, que assim se tornaria para os protagonistas, também, mais refletida.

A administração da educação é também uma voz pouco presente nos testemunhos invocados como fonte de informação ou opinião: porém, como é referido, tal sucede porque a administração, o Ministério da Educação, não quis, enquanto no caso dos professores, alunos ou pais, tal sucede, presume-se, porque a sua voz em direto não foi procurada.

Que tom se destaca nos discursos analisados sobre os diversos protagonistas que emergem, maioritariamente articulados ao funcionamento da escola pública? O discurso noticioso é bastante crítico para com os principais protagonistas desta instituição nos seus diversos níveis de desenvolvimento e responsabilidade: Ministério da Educação, professores, alunos. Com efeito, as políticas e os meios disponibilizados pelo poder central são apresentados, sobretudo, como inadequados, os professores como dispendo de pouca formação e competência para fazer face à indisciplina nas suas aulas, e dos alunos apenas são evidenciados por terceiros os seus inadequados comportamentos. De acordo com este retrato, nem o Ministério da Educação, nem os professores estão à altura do problema: o Ministério da Educação legisla com incompetência e não cria sequer os meios ajustados à legislação produzida; os professores não têm formação nem competência para resolver os problemas, situação geradora de *stress* e desânimo. Já a ação dos responsáveis pela direção e orientação pedagógica das escolas, protagonistas cujas vozes são das mais publicadas, ela não é diretamente posta em perspetiva. A aparente predileção dos *media* pela voz dos diretores de escolas e suas associações é acompanhada de desatenção pelas suas responsabilidades na orientação pedagógica das escolas, desatenção potencialmente geradora de desequilíbrios e mesmo enviosamentos na leitura das situações. As famílias, por sua vez, embora a sua voz em direto seja ausente, são objeto de um discurso simpático, compassivo face às eventuais penas que se acrescentam às suas dificuldades de vida, na sequência da publicação do Estatuto do Aluno.

Em suma, quer no registo autoral, quer no dos testemunhos recolhidos, e em resposta à indagação sobre a voz da comunidade educativa na imprensa, há que concluir que não são nem os professores, nem os alunos ou suas famílias, quem domina, no contexto em análise, o discurso público sobre a indisciplina na escola, nomeadamente da escola pública, antes os jornalistas e os protagonistas a quem o jornal entende dar voz, crédito, criando-se assim uma representação parcial e potencialmente incompleta do fenómeno, que seria mais grave se o mesmo fosse merecedor de mais cobertura nas notícias da imprensa diária escrita que se analisou.

Entretanto, a análise transversal do enquadramento da *indisciplina* no conjunto das notícias em estudo (indisciplina como tema principal ou tema relevante), permite confirmar a sua esperada abordagem multidimensional (H 2), como ocorre nas abordagens mais frequentes daquele fenómeno, quer na literatura teórica, quer empírica, quer de divulgação, de que são exemplo contribuições com as de Curwin, Mendler & Mendler (2018), Amado & Freire (2014), Carita (2008), Bear (2005), Carita & Fernandes (2002), ou Sprinthal & Collin (1994). Sinalize-se que é através daquelas diversas dimensões e seus conteúdos que o discurso é montado, de molde a produzir uma dada perceção do assunto (Altheide, 2002; Goldstein & Beutel, 2007).

A atenção a diversas dimensões do fenómeno, observa-se, por exemplo, a propósito do Estatuto do Aluno, em que o conteúdo noticioso atenta sobretudo no sistema de regulação da indisciplina (sobretudo nas medidas punitivas, sua natureza, processos de aplicação e efeitos nos alunos e famílias), mas, também, nos os meios organizativos e recursos previstos na legislação (equipas multidisciplinares e comissões de proteção de menores). É com base nestas duas dimensões que é desenvolvida uma argumentação em que se infere a atribuição de um significado mais negativo que positivo àquela legislação e política envolvente, não obstante o apreço que transparece sobre a sua intenção de reforço do poder dos professores e de agilização do sistema punitivo. A dimensão negativa do juízo mediático assenta sobretudo na expectativa de potencial agravamento da exclusão social das famílias mais carenciadas e dos seus filhos, e na verificação de incumprimento pelo Ministério da Educação com os recursos definidos na legislação. Merece destaque a independência de juízo jornalístico face ao poder político que estas notícias patenteiam.

A esperada abordagem multifacetada da indisciplina, também é evidente quando são reportados casos ocorridos em escolas ou divulgados estudos. Nestas notícias, aparece um conjunto de dimensões específicas à luz das quais a indisciplina é lida e enquadrada, e nas quais se destacam a gravidade da situação, suas causas, consequências e modo de resolução, como se esperou que ocorresse (Entman, 1993). Trata-se de uma abordagem da indisciplina potenciadora de indução nas audiências de uma representação igualmente mais holística do que unidimensional do problema (Goldstein & Beutel, 2007) e mais conforme à literatura da especialidade atrás referida.

Por outro lado, ainda sobre o conteúdo da representação da indisciplina podemos dizer que a sua complexidade, embora coincidindo com confusões conceptuais, ultrapassa positivamente a nossa expectativa, aliás a mais comum na literatura (Coe & Kuttner, 2018), não validando inteiramente a H3. Com efeito, ainda que com oscilações, no produto representacional de conjunto destaca-se uma abordagem não superficial das dimensões invocadas para definir o problema. Assim, na informação sobre a gravidade da situação nas escolas, transparece, com base em testemunhos e fontes, uma leitura não linear, em que se distingue a frequência do problema, que consensualmente tem aumentado, da sua severidade, sobre a qual não recai maioritariamente um juízo muito preocupante, exceto quando a indisciplina aparece misturada com incidentes de violência. A abordagem das causas da indisciplina também não pode ser vista como superficial ou, talvez melhor, como esquemática ou unilateral: a maioria das notícias reporta quer a contribuição de fatores externos à escola—sociedade, famílias, políticas, e sobretudo estas—, quer de fatores internos—escolas, alunos, professores. Sublinhe-se que aos professores se atribui papel preponderante nos fatores internos da indisciplina, com especial incidência nas fragilidades da sua formação para a gestão eficaz da aula, assunto a que é dado forte destaque, pela sua chamada para a 1.ª página ou para título da notícia. Sobre as consequências da indisciplina, apesar da não severidade, mas elevada frequência do fenómeno, as notícias salientam o seu efeito nefasto no ensino e na saúde mental dos professores. Finalmente, a análise das notícias também evidenciou uma abordagem não linear da intervenção que, embora sem hostilizar, e mostrando mesmo simpatia pelas medidas punitivas sobre os alunos e a agilização na sua aplicação, salienta igualmente o valor de ações preventivas na *sociedade* (parcerias), nas *políticas* (percursos escolares alternativos, formação de professores, efetivo apoio e recursos às escolas e famílias, foco na promoção do sucesso escolar, melhorias na legislação e recursos), nas *escolas* (promoção da saúde), nos *professores* (gestão eficaz da aula).

Em suma, a representação mediática da indisciplina, inferível da análise transversal e de conjunto das notícias assenta na mobilização de diversas dimensões (confirmando H2), embora indiciando por vezes confusão conceptual entre indisciplina, violência e mesmo perturbação mental, não se apresenta superficial no tratamento daquelas dimensões, se atendermos ao contexto de produção do discurso em análise (deste modo, não se confirmando inteiramente a H3). Assim, por um lado, esta conclusão vai um tanto ao arrepio da literatura sobre a imprensa, que acentua o seu tratamento superficial, pouco denso dos assuntos (Gerstl-Pepin, 2002), por outro, dentro dos limites próprios do tipo de discurso em causa, podemos dizer que ele adota aqui várias componentes de uma abordagem complexa da indisciplina, em linha com o que a literatura da especialidade, na sua própria diversidade, propõe. É o caso, por exemplo, dos modelos de algum modo contemplados em contribuições como as de Curwin et al. (2018), Amado & Freire (2014), Carita (2008), Bear (2005), Carita & Fernandes (2002), ou Sprinthal & Collin (1994).

Em todo o caso, e a propósito da complexidade da abordagem noticiosa à indisciplina escolar, há nuances que devem ser sublinhadas nas conclusões a tirar. Com efeito, se, por um lado, a representação da indisciplina derivada da análise do conjunto das notícias em estudo apresenta as características que temos vindo a sublinhar (multidimensionalidade e alguma complexidade no tratamento), por outro lado, cada notícia *per se* não oferece uma representação do fenómeno tão holística, nem tão “séria” no enquadramento que dá ao tema. Com efeito,

desde logo, porque cada notícia *per se* salienta apenas uma ou outra das dimensões de enquadramento invocadas na representação de conjunto e, em cada dimensão apenas trata um ou outro dos seus aspetos. Também os exemplos que oportunamente destacámos sobre alguns títulos, ao mesmo tempo que perturbam a representação produto do conjunto das notícias, aconselham uma conclusão não categórica sobre a confirmação de H2 e a infirmação de H3, respetivamente afirmativas da multidimensionalidade e da superficialidade do enquadramento mediático do tema da (in)disciplina escolar.

Entretanto, o conteúdo de algumas das dimensões enquadradoras das notícias sobre a indisciplina evidencia esta como fenómeno muito preocupante, não tanto pela sua severidade, mas sobretudo pela sua frequência e pelas suas consequências no cumprimento das funções de ensino e na saúde mental dos professores e, ainda, como fenómeno cuja regulação se vê entregue em mãos, políticas ou profissionais, de cuja eficácia se duvida. Assim, através deste conteúdo, (re)produz-se, com base na indisciplina escolar, uma representação sobre o clima social e de trabalho da escola pública do ensino básico, que embora não muito severo, também não prima pela indução de expectativas muito positivas sobre os seus recursos, a sua qualidade relacional e a sua eficácia na gestão da aula. Aliás, a crueza de alguns títulos confere ao retrato da situação um negativo e “bombástico” enquadramento. De facto, que efeito favorável podemos esperar no juízo dos leitores sobre o clima social e de trabalho da escola pública de títulos como “Indisciplina nas aulas aumentou e falta formação para resolver problemas” (N8)? E subtítulos como “Escolas declaram-se impotentes para lidar com alunos mais problemáticos” (N6)? Ou de aberturas como “Com a crise a traduzir-se num aumento da indisciplina, cada vez mais pessoas reclamam a retirada dos estudantes problemáticos das escolas regulares. O Estatuto do Aluno agilizou as penalizações, mas não responde aos problemas que começam nas famílias. Ministério diz que é cedo para alterações” (N3)? Ou na confusão entre indisciplina e graves casos de violência e mesmo de perturbação mental (N3; N7)? Ou seja, vários dos enquadramentos e conteúdos noticiosos, mostram um discurso mediático que veicula uma representação da situação pouco otimista, em especial do ponto de vista da sua regulação, já que nem o governo, apesar dos anúncios, cria os recursos necessários, nem os professores estão psicológica e profissionalmente à altura da situação. Reveem-se os alunos e famílias neste discurso de insuficiência sobre a escola pública, no que à disciplina e seus efeitos diz respeito? Reveem-se os professores neste discurso, particularmente focado em fragilidades emocionais e insuficiências na formação? Revê-se o poder político numa representação que acentua a ausência de disponibilização de meios de resposta aos problemas? Que fazer, se reconhecermos a necessidade de uma visão mais plural sobre o que se passa no interior da escola pública?

Finalmente, respostas mais conclusivas para as nossas questões de investigação, no contexto da imprensa escrita diária e jornalística, aconselham o prosseguimento do estudo, desde logo, com a análise crítica do restante tipo de entradas selecionadas no jornal Público e sua comparação com os resultados agora apresentados para as notícias e, também, com o levantamento e análise crítica da situação em outros jornais. E, citando Gerstl-Pepin (2007), diríamos ainda que...

The research presented in this special issue suggests that there is a pressing need for educational researchers to systematically examine the media's role in educational politics with respect to the functioning of democratic processes, particularly in terms of how educational problems are defined, how they are portrayed, and whether they are grounded in a nuanced understanding of research and educational issues. (p. 2)

Acresce, a necessidade de um combate cívico a desenvolver, quer no sentido do reconhecimento crítico pela comunidade educativa da representação mediática sobre aspetos importantes da sua vida e da sua ação na relação com a escola pública, e sobre esta própria, quer no sentido do alargamento da presença da sua voz, de modo a contribuírem para uma narrativa

mais plural numa situação de que são os mais próximos envolvidos e conhecedores, uma narrativa não apenas denunciativa, mas de intenção transformadora e, particularmente no caso dos professores, sustentada na experiência e no conhecimento pedagógico em que assenta a sua profissão.

Referências

- Abreu, M. I. G., & Oliveira, L. A. (2007). A informação como espetáculo e a cultura do grotesco na imprensa diária de BH: Análise do universo simbólico construído pelo jornal Aqui. *Revista Científica Da Faminas*, 3(3), 79–104.
- Abric, J. C. (1989). L'étude expérimentale des representations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les representations sociales*. PUF.
- Altheide, D. L. (2002). *Creating Fear: News and the construction of crisis*. Aldine de Gruyter.
- Amado, J., & Freire, I. (2014). Uma visão holística da(s) indisciplina(s) na escola. In J. Machado & J. M. Alves (Eds.), *Melhorar a escola: Sucesso escolar, disciplina, motivação, direcção de escolas e políticas educativas* (pp. 55–71). Universidade Católica Editora.
- Assembleia da República. Estatuto do aluno e ética escolar (Lei n.º 51/2012) (2012).
- Bronfenbrenner, U. (1998). The ecology of development processes. In R. Lerner (Ed.), *Theoretical models of human development*. John Wiley
- Caldas, J. C., Carvalho da Silva, M., & Ramos de Almeida, J. (2015). Portugal 2014: As consequências de um resgate. In D. L. Garrido (Ed.), *El estado de la Unión Europea Nueva legislatura: 11 desafíos de Europa* (pp. 17–22). Fundación Alternativas y Friedrich-Ebert-Stif.
- Carita, A. (2008). Promoção de um ambiente social positivo nas escolas. Perspectiva e orientações gerais. In X. R. Jares (Ed.), *Educación e paz II*. Ed. Xerais de Galicia.
- Carita, A. (2005). *Conflito, moralidade e cidadania na aula*. Campo das Letras.
- Carita, A., & Fernandes, G. (2002). *Indisciplina na sala de aula* (3rd ed.). Editorial Presença.
- Coe, K., & Kuttner, P. J. (2018). Education coverage in television news: A typology and analysis of 35 years of topics. *AERA Open*, 4(1), 1–13.
- Entman, R. M. (2006). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58.
- Garrido, D. L. (Ed.). (2015). Portugal 2014: As consequências de um resgate. In *El estado de la Unión Europea Nueva legislatura: 11 Desafíos de Europa* (pp. 17–22). Fundación Alternativas y Friedrich-Ebert-Stif.
- Gerstl-Pepin, C. I. (2007). Introduction to the special issue on the media, democracy, and the politics of education. *Peabody Journal of Education*, 82(1), 1–9.
- Gerstl-Pepin, C. I. (2002). Media (mis)representations of education in the 2000 presidential election. *Educational Policy*, 16(1), 37–55.
- Goldstein, R. A., & Beutel, A. R. (n.d.). “Soldier of democracy” or ‘Enemy of the state’? The rhetorical construction of teacher through No Child Left Behind. *Journal for Critical Education Policy Studies*, 7(1), 276–300.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Universidade da Beira Interior.
- Green-Saraisky, N. (2015). Analyzing public discourse: Using media content analysis to understand the policy process. *Current Issues in Comparative Education*, 18(1), 26–41.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. Wiley.
- Henriques, A. (2017). 2.º Estudo sobre a indisciplina em Portugal (2014-2016). Retrieved from <https://www.comregras.com/2o-estudo-sobre-indisciplina-em-portugal-com-dados-das-escolas-2014-2016/>
- Hess, D., & Warren, D. (2008). The meaning and meaningfulness of corporate social initiatives. *Business and Society Review*, 113(2), 163–197.
- Jodelet, D. (1989). Les representations sociales: Un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les representations sociales*. PUF.

- Jornal Público. (2020). *Estatuto Editorial do Jornal Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>
- Lehr, C. A., & Christenson, S. L. (2002). Best practices in promoting a positive school climate. In A. Thomas & J. Grimes (Eds.), *Best practices in school psychology IV* (pp. 929–947). National Association of School Psychologists.
- Moreira, A. S. S. G. (2017). *Indisciplina em sala de aula: Um estudo com alunos do ensino básico*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Minho. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/48351>
- Moses, M. S. (2007). The media as educators, educational research, and autonomous deliberation. *Peabody Journal of Education*, 82(1), 150–165.
- Tamir, E., & Davidson, R. (2011). Staying above the fray: Framing and conflict in the coverage of education policy debates. *American Journal of Education*, 117(2), 233–265.
- Van Dijk, T. A. (2015). Critical discourse analysis. In D. Tannen, H. E. Hamilton, & D. Schiffrin (Eds.), *The handbook of discourse analysis* (2nd ed., pp. 466–485). John Wiley.

Sobre os Autores

Ana Carita

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
CeIED, Centro Investigação em Educação e Desenvolvimento da Universidade
Email: ana.carita@netcabo.pt
<http://orcid.org/0000-0002-3221-8122>

Vítor Duarte Teodoro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
CeIED, Centro Investigação em Educação e Desenvolvimento da Universidade
vdt@fct.unl.pt
<http://orcid.org/0000-0002-0314-1883>
<https://docentes.fct.unl.pt/vdt/>

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 29 Número 174

20 de dezembro 2021

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), Directory of Open Access Journals, EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, Socolar (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu

EPAA Facebook (<https://www.facebook.com/EPAAAPE>) Twitter feed @epaa_aape.

Wiley & Sons, Inc.